

CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS ATA DA 2ª REUNIÃO

Realizada no Rio Centro – Sala A-3 – 31º International Geologic Congress – Rio de Janeiro

Data: 15/08/2000

Início: 14:30 h – Término: 17:30 h

PARTICIPANTES:

- 1-Ministério da Ciência e Tecnologia: Dr. Carlos Oiti Berbert - (oiti@cnpq.br)
- 2-Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Região Sudeste: Dr. Elcio Linhares Silveira - (elciols@uol.com.br)
- 3-Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário: Dr. João Carlos Simanke de Souza – AESBE - (jsimanke@ajato.com.br / jsimanke@sabesp.com.br)
- 4-Ministério da Agricultura e Abastecimento: Dr. Luiz Novais de Almeida – (gardenia@agricultura)
- 5-Pescadores e Usuários de Água para o Lazer: Não compareceu
- 6-Indústrias: Não compareceu
- 7-Ministério das Minas e Energia: Não compareceu

PALESTRANTES CONVIDADOS:

- Dr. Thales de Queiroz Sampaio – Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial da CPRM - (thales@cprm.gov.br)
- Dr. Luiz Amore - Coordenador de Águas Subterrâneas – DPE/SRH/MMA (aquiferoguarani@ig.com.br)
- Dr. Lucio Carramillo Caetano – DNPM/MME – (lcaetano@ige.unicamp.br)

CONVIDADOS:

- Carlos Frederico Ribeiro Gonçalves - SRH/MMA - (carlos-frederico.goncalves@mma.gov.br)
- Maria de Lourdes Pereira dos Santos - IGAM/DDH - (iude@igam.mg.gov.br)
- Frederico Cláudio Peixinho/CPRM – (peixinho@cprm.gov.br / peixinho@alternex.com.br)
- Humberto José T. R. de Albuquerque/CPRM – (humberto@cprm.gov.br)
- Helion França Moreira/CPRM – (helion@cprm.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

O Dr. Simanke abriu a reunião dando as boas vindas aos presentes e em seguida deu seqüência à pauta lendo a ata da 1ª reunião. Dr. Oiti, fez a única ressalva, informando que o banco de dados com levantamento de todas as fontes de água subterrânea, elaborado pela CPRM, tem abrangência nacional, não se restringindo apenas ao Ceará, que foi citado apenas como exemplo. O Dr. Thales Sampaio, Diretor da CPRM, deu início a sua apresentação, agradecendo a oportunidade de participar dos trabalhos da CTAS, num momento onde se discute, dentro de uma perspectiva sistêmica a relação água/meio ambiente/homem. Em seguida apresentou os trabalhos desenvolvidos pelo Serviço Geológico do Brasil, detalhando o Programa de Água Subterrânea para a Região Nordeste. Ao final o Dr. Thales passou à presidência da CTAS o catálogo de produtos de hidrogeologia da CPRM e o Programa de Água Subterrânea para a Região Nordeste e comprometeu-se a encaminhar posteriormente o

banco de dados da CPRM relativo ao levantamento das fontes de água subterrânea, inclusive uma cópia do CD georreferenciado. O Dr. Luiz Amore, em sua apresentação, tratou sobre os trabalhos da coordenação de águas subterrâneas da SRH/MMA e em especial sobre o Projeto Aquífero Guarani que na sua opinião deverá servir como referencial para outros projetos de gestão de águas subterrâneas. Além de apresentar o contexto, importância e peculiaridades do projeto Aquífero Guarani, descreveu seus objetivos e o cronograma de trabalho. O Dr. Lucio Caetano (DNPM), iniciou sua apresentação, discorrendo sobre o histórico da legislação referente à água mineral, desde o Código de Águas Minerais de 1945 até o Código de Mineração cuja última grande modificação ocorreu em 1996, sobre as atribuições do Ministério da Saúde-MS e do DNPM, em particular. O Dr. Lucio afirmou que vê como de fundamental importância um melhor entrosamento entre o DNPM e os órgãos estaduais, responsáveis pela outorga/licenciamento da produção de águas subterrâneas. Salientou que em São Paulo já existe um trabalho integrado entre o DNPM e o DAEE e sugeriu a realização de uma reunião interministerial envolvendo o MMA, MME e o MS, para definir limites e competências, considerando a nova realidade da Lei 9433/97 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, pois no seu ponto de vista não se pode dissociar águas superficiais de subterrâneas ou minerais. Lembrou ainda que a água potável de mesa, por força do Decreto Lei (Código de Águas Minerais), está, também, sob a responsabilidade do DNPM. O Dr. Elcio informou que em São Paulo, não é o DAEE que dá a outorga e sim o DNPM, mas que o DAE consulta outros órgãos estaduais e os comitês de bacia locais antes que seja liberada a exploração. O Dr. Peixinho da CPRM, argumentou que, no seu entender, a ANA deveria ser a instituição, juntamente com o CNRH, articuladores dessa ação de integração MMA/MME/MS, mas que está preocupado pois já ouviu em seminários e encontros de recursos hídricos, opiniões diferentes, como por exemplo, que a ANA vai tratar das águas superficiais e as águas subterrâneas deverão ser reguladas pelos governos estaduais. A Dra. Maria de Lourdes lembrou que a ANA será agência executora, e que o artigo que dava à ANA a atribuição de elaborar o Plano Nacional de Recursos Hídricos foi vetado, ficando essa atribuição a cargo da SRH/MMA. O Dr. Humberto, da CPRM, ressaltou a necessidade da CTAS e do CNRH trabalharem desde já com o objetivo de promover a articulação entre os atores, visando a gestão integrada águas subterrâneas e superficiais. O Dr. Thales levantou o problema da separação entre as atividades de planejamento e de execução, uma vez que os males daí decorrentes, no seu entender, devem ser evitados no caso da ANA. Ressaltou, mais uma vez, a necessidade de se tratar a temática das águas subterrâneas numa visão sistêmica, onde a gestão dos recursos hídricos deve ser vista no contexto da gestão ambiental. O Dr. Luiz Amore informa que vê com otimismo a questão e que acredita que o Projeto Aquífero Guarani é paradigmático e deverá servir como exemplo. Informa ainda que o MMA retirou 2 projetos que estavam em tramitação no Congresso sobre águas subterrâneas, pois há o entendimento de que essas estão englobadas pela Política Nacional de Recursos Hídricos. A Dra. Maria de Lourdes informa que está em tramitação o projeto de Lei 1616 que trata do SNGRH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e que provavelmente será alterado. O Dr. Humberto vê dificuldades em se alterar a legislação relativa as águas subterrâneas pois, em princípio contraria interesses estaduais. O Dr. Luiz Amore sugeriu que a criação de acordos entre a união e os entes federados poderia ser uma alternativa para o gerenciamento integrado das águas superficiais e subterrâneas. O Dr. Simanke concorda e sugere uma articulação entre os processos de outorga e licenciamento ambiental, em nível federal e estadual. O Dr. Simanke deu início a

leitura da Carta de Fortaleza com as 7 proposições oriundas do 1º Congresso Mundial Integrado de Águas Subterrâneas recém realizado no Ceará. Salientou que todas as proposições ressaltam a interrelação entre águas superficiais e subterrâneas e que a última proposição cobra a atuação responsável do cidadão. O Dr. Thales afirmou que viu com satisfação, no Congresso de Fortaleza, profissionais que trabalham com águas superficiais participarem de debates com outros que trabalham com águas subterrâneas. O Dr. Oiti, ao relatar o 31º Congresso Internacional de Geologia, no Rio de Janeiro, destacou que em relação ao tema águas subterrâneas a “carta da UNESCO” retrata a posição a ser tomada. Ficou de encaminhar, oportunamente, a CTAS a integra das conferências e trabalhos apresentados e relacionados ao tema. O Dr. Simanke abriu a discussão do Plano de Trabalho da CTAS e a Dra. Maria de Lourdes sugeriu que a primeira preocupação deveria ser em relação a outorga. O Dr. Humberto sugeriu que se deveria trabalhar no sentido de se propor uma resolução tratando da classificação das águas subterrâneas, a exemplo da resolução n.º 20/86 do CONAMA tratando de águas superficiais. O Dr. Elcio complementa afirmando que se deve tratar também do aspecto quantitativo e não apenas qualitativo. O Dr. Luiz Amore lembra que existem resoluções do CONAMA tratando sobre infiltração de água em subsolo que devem ser divulgadas e ressaltou que, no seu entender, o foco dos trabalhos deve ser na gestão integrada dos recursos hídricos. Ficou acertado que o plano de trabalho deveria contemplar inicialmente dois pontos: a) Sistema de informações sobre águas subterrâneas e b) Avaliação dos sistemas de outorga existentes e em discussão no país. O Dr. Luiz Amore levantou que uma das possibilidades de iniciar os debates seria convidando os responsáveis pelo sistema de informação e de outorga na SRH, respectivamente o Dr. Roberto Coimbra e Roberto Monteiro. O Dr. Simanke considerou a sugestão oportuna salientando que o foco dos debates deveria ser o modelo conceitual adotado e as atividades que estão sendo desenvolvidas. Foi consensual, a importância de trazer à discussão as informações necessárias ao estabelecimento de um padrão mínimo de dados a serem produzidos e fornecidos pelos órgãos do governo federal e estaduais. Finalmente, foi lembrado que recentemente houve uma reunião sobre outorga na SRH com os estados e que houve algum questionamento sobre a questão das águas subterrâneas. Ficou acertado que a próxima reunião será no dia 12/09/2000, com início às 14:30h em Brasília-DF, no mini-auditório da SRH/MMA, com a seguinte pauta: 1. Leitura, discussão e aprovação da ata da 2ª reunião CTAS; 2. Apresentação do Dr. Roberto Alves Monteiro – Modelo Conceitual de Outorga para Gerenciamento Integrado das Águas; 3. Apresentação do Dr. Roberto Coimbra – Modelo Conceitual e Resolução sobre o Sistema de Informações e padrão de dados para o gerenciamento integrado; 4. Assuntos Gerais. Dr. Oiti sugeriu a participação de um membro da CTAS nas reuniões da CT de Outorga (Câmara Técnica de integração de procedimentos de ações de outorga e regulação), e se apresentou como voluntário, o que foi aceito por todos os presentes. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2000.

João Carlos Simanke de Souza
Presidente

Carlos Frederico Gonçalves
Relator

Aprovada na Reunião de 12/09/2000